



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Recebido em: 06/02/19
Nº Livro: 02
Nº Fl.: 35
<i>[Assinatura]</i>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PIAUÍ
Avenida João XXIII, n.º 1390, Bairro Noivos, Teresina/PI, CEP n.º 64045-000
Telefone: (86)3214-5915/ Página Internet: www.prpi.mpf.mp.br

Ofício nº 36/2019-PR-PI-GABPR4

Teresina/PI, 30 de janeiro de 2019.

A Sua Senhoria o Senhor
HELDER SOUSA JACOBINA
Secretário de Estado da Educação
Secretaria de Estado da Educação do Piauí - SEDUC
Av. Pedro Freitas, s/n, Bloco D/F, Centro Administrativo, 64018-900
TERESINA-PI

Assunto: **Ciência de despacho**

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o, encaminho cópia do despacho exarado nos autos do Inquérito Civil Público nº 1.27.000.001958/2017-75, para conhecimento de seu teor.

Ressalto que nos termos do artigo 17, § 3.º, da Resolução n.º 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, Vossa Senhoria poderá apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos para apreciação da 5.ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, até que seja homologada ou rejeitada a Promoção de Arquivamento, cuja cópia segue anexa.

Atenciosamente,

MARCO TÚLIO LUSTOSA CAMINHA
Procurador da República

03

Ref. Inquérito Civil nº 1.27.000.001958/2017-75

DESPACHO:

Cuida-se de Inquérito Civil originário de Notícia de Fato instaurada a partir de representação promovida pela empresa E.N. Marinho Distribuidora de Livros LTDA, em que a mesma aduz, em suma, que a realização de Chamada Pública para aquisição de livros didáticos destinados a alunos da rede pública de ensino está fundada em declaração de inexigibilidade de licitação manifestamente nula. Destaca-se que o objeto do Processo de Inexigibilidade nº 3/2017, relativo à chamada pública em questão, objetiva a aquisição de 30.000 (trinta mil) exemplares do livro “Aprender e Praticar Gramática, Vol. Único, Ensino Médio”, do autor Mauro Ferreira.

Argumenta, ainda, que os alunos da rede pública de ensino recebem livros de gramática através de programa do governo federal, colacionando a jurisprudência e os documentos relativos à matéria em análise.

Em resposta a ofício encaminhado em busca de esclarecimentos, a Secretaria de Educação (fls. 52/60, fls. 61/132) declarou que atendeu a todos os requisitos legais relativos a esse tipo de contratação, já que selecionou o livro com maior pontuação em análise técnica, além do que esse livro somente pode ser obtido por meio de fornecedor exclusivo (vide fl. 114), sendo, pois, inviável a realização de licitação. Ademais, realizou pesquisa de preço em sítios eletrônicos e verificou-se que o preço do ofertado está abaixo do praticado no mercado (vide fls. 107, 108, 109 e 127).

Aduziu, também, que a representação perante o Tribunal de Contas do Estado, formulada pela empresa que postula no presente procedimento administrativo, foi arquivada. Posteriormente, verificou-se que o arquivamento se deu por conta da origem dos recursos financeiros, não havendo atribuição do TCE para tanto.

Em seguida, por meio do Ofício nº 3.825-2018/Dapli/Cgpli/Direae-FNDE, foi informado que a SEDUC/PI possui adesão completa ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD (documento comprobatório à fl. 153), e que no âmbito do referido não há a efetuação de repasse de recursos financeiros, e sim de livros e materiais didáticos.

Após isso, a pessoa jurídica M.F. Distribuidora e Livraria LTDA prestou informações como terceiro interessado (fls. 154/164), aduzindo, em síntese, que não houve afronta ao princípio da isonomia, e que são desprovidas de fundamentação legal as alegações da empresa E.N. Marinho Distribuidora de Livros LTDA.

No Ofício nº 14859/2018/Dapli/Cgpli/Dirae-FNDE, foi comunicado que é permitido que a Secretaria de Educação realize processo próprio de aquisição de livros, ainda que tenha formalizado adesão ao PNLD.

Além disso, no Ofício GSE nº 0565/2018, foi informado que o FNDE encaminhou livros e materiais didáticos no ano de 2017.

Por fim, em fls. 276/277, está a comunicação acerca do Acórdão nº 656/2018-TCU-Plenário, no âmbito da TC 024.886/2017-3, no qual foi julgada improcedente a representação formulada pela empresa E. N. Marinho LTDA com relação ao Processo de Inexigibilidade nº 3/2017.

Sendo esse o relatório, passa-se à análise dos fundamentos delineados ao longo deste procedimento administrativo.

Primeiramente, insta destacar que o caso em tela insere-se na competência da justiça federal, já que se trata de recursos relativos a um órgão federal. É nesse sentido o seguinte precedente que, não obstante se trate de jurisprudência relativa ao âmbito penal, amolda-se à situação em análise:

PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CRIME DE RESPONSABILIDADE.
APROPRIAÇÃO DE BENS ADQUIRIDOS COM VERBAS DO FNDE.

PREFEITO MUNICIPAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS A ÓRGÃO FEDERAL. INTERESSE DA UNIÃO. SÚMULA 208/STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. 1. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE é uma autarquia federal que atende a uma política nacional de educação, provendo recursos e executando ações, cujo interesse da União resta evidenciado. 2. O FNDE provê e fiscaliza os recursos remetidos com o finalidade de estimular o desenvolvimento da educação nos Estados, Distrito Federal e municípios. 3. A malversação de verbas oriundas do FNDE enseja o interesse da União, visto que é necessária a prestação de contas a órgão federal, aplicando-se à espécie a Súmula 208/STJ. 4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Federal e Juizado Especial de Pato Branco – SJ/PR, ora suscitante. (STJ – CC: 107266 PR 2009/0155411-4, Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Data de Julgamento: 10.3.2010, S3 – TERCEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 30.4.2010) (grifou-se)

Outro ponto é o fato de que restou esclarecido, por meio de ofício encaminhado pelo FNDE, citado anteriormente, que, não obstante tenha sido feita a adesão ao PNLD, é permitido que seja realizado processo próprio de aquisição de livros. Dessa forma, é possível concluir que não é plausível o argumento da empresa E. N. Marinho LTDA de que pelo fato de haver recebimento de livros e materiais por meio do PNLD, não poderia ser realizado processo de aquisição de livros por outros meios.

O cerne da questão, entretanto, diz respeito à regularidade do Processo de Inexigibilidade nº 3/2017. Quanto a esse ponto, é necessário que se transcreva o dispositivo legal relativo à matéria, da Lei 8.666/93:

Art. 25. É **inexigível a licitação** quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que **só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo**, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes; (...) (grifou-se)

Com base nisso, é assente que o Tribunal de Contas da União entende que a contratação com produtor, empresa ou representante comercial exclusivos deve se dar por procedimento de inexigibilidade de licitação, conforme segue:

É lícita a aquisição direta de livros, por inexigibilidade de licitação, quando feita junto a editoras que possuam contratos de exclusividade com os autores para editoração e comercialização das obras, o que, porém, não isenta o gestor de

justificar os preços contratados. (Acórdão nº 3.290/2011 – Plenário, TC-030180/2010-4, rel. Min. José Jorge, 7.12.2011)

Verifica-se que o entendimento da Corte de Contas não dispensa a justificação dos preços contratados por parte do Poder Público, o que de fato ocorreu na situação em tela.

A pesquisa realizada em *sites* na internet, além de revelar que o preço contratado pela Administração Pública na aquisição do livro “Aprender e Praticar Gramática, Vol. Único, Ensino Médio”, do autor Mauro Ferreira, encontra-se em patamar inferior aos preços praticados no mercado, levanta uma importante questão acerca da relação entre exclusividade e inviabilidade de competição. Para fins de elucidação acerca desse tópico, transcreve-se o entendimento doutrinário a seguir:

Merece especial destaque a anotação de que ser “único” é diferente de ser “exclusivo”. Quando o fornecedor é único, a inviabilidade de competição é absoluta, ou seja, de fato não há outro disponível. Quando o fornecedor é “exclusivo”, existem outros que fornecem o objeto, mas por uma razão qualquer somente aquele indivíduo é que tem autorização para fornecê-lo. Diz-se, pois, que a inexigibilidade é relativa’.

Dessa forma, a existência de oferta do livro adquirido em lojas eletrônicas não descaracteriza o elemento autorizador da inexigibilidade, ainda que esta seja relativa.

Por fim, é necessária a análise do elemento formalístico da inexigibilidade em questão, que são os documentos pelos quais se faz prova da exclusividade. Verifica-se, no procedimento, que existe Declaração de Exclusividade (fl. 114), emitida pela Câmara Brasileira do Livro – CBL, a qual é documento apto a demonstrar a condição de distribuidor exclusivo da empresa em questão, tendo esse fato sido reconhecido inclusive pelo TCU quando da análise do Processo de Inexigibilidade nº 3/2017 (Acórdão nº 656/2018 – Plenário, TC 024.886/2017-3, rel. Min. Benjamin Zymler, 17.1.2018).

Diante da situação aqui exposta, conclui-se que não existem motivos para que se invalide o processo de inexigibilidade, pois há nos autos provas robustas da ausência de

1 CHAVES, Luiz Claudio de Azevedo. A contratação por inexigibilidade de licitação com fornecedor ou prestador de serviço exclusivo. Breve análise do art. 25, I da Lei 8.666/93. In: **Revista do TCU**, set/dez, 2015.

quaisquer irregularidades que possam ensejar a possível prática de ato incompatível com o regramento legal.

Tendo vista que não restam dúvidas quanto à inexistência de irregularidade no Processo de Inexigibilidade nº 3/2017, consoante os argumentos tecidos alhures, arquivem-se os presentes autos.

Dê-se ciência aos interessados.

Enviem-se os autos para a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em Brasília/DF, nos termos do art. 62, IV, da Lei Complementar nº 75/93.

Teresina, 29 de janeiro de 2019.

MARCO TÚLIO LUSTOSA CAMINHA

Procurador da República